



COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
ESCLARECIMENTO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N.º 019/2020

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, por meio de sua Agente de Licitação, designada pela Portaria n.º 001/2020, juntamente com o Gestor da área solicitante e Divisão Jurídica, torna público e para conhecimento dos licitantes, o presente esclarecimento, para melhor interpretação de nossa necessidade, referente ao Edital de Licitação n.º 019/2020, conforme solicitações da empresa abaixo descrita:

1) Verifica-se dos autos o envio de pedido de esclarecimento ao Edital de Licitação nº 019/2020, formalizado pela empresa Quality, na data de 15/05/2020 através de protocolo.

Vejamos o questionamento:

1.1 - AUSÊNCIA DE ANEXO:

O edital na folha 17, abaixo copiado, na relação dos anexos ao edital descreve conter o Anexo VII, porém o conjunto do edital contempla apenas até o Anexo VI.

Anexo VII — Modelo da Ordem de Compra de Materiais/Ordem de Serviços

PERGUNTA:

Será necessário a divulgação e ou desconsideração/exclusão do referido Anexo VII ausente no edital publicado?

ESCLARECEMOS que: O edital encerra-se no Anexo VI Minuta do Contrato Estatal; devendo ser desconsiderado onde cita Anexo VII.

1.2 - REAJUSTE DE PREÇOS - SERVIÇOS CONTÍNUOS/CONTINUADO:

Para atender o previsto no artigo 55, inciso III da Lei Federal 8.666/93 e art. 176 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL, poderia ser alterado as condições de reajuste de preços e alterada no instrumento convocatório a garantia legal para a recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro visando a manutenção das condições efetivas da proposta original quando da ocorrência do dissídio ou convenção coletiva de trabalho que ocorrerá em data futura, na data-base da categoria (Fevereiro de cada ano), a qual ocorrerá antes do término da vigência contratual de 12 meses?

ESCLARECEMOS que: O reajuste poderá ser realizado somente após o período de 12 meses, em caso de prorrogação do prazo de execução dos serviços.

1.3 - ATIVIDADE VIGIA- CESSÃO DE MAO DE OBRA - REGIME DE TRIBUTAÇÃO

As empresas enquadradas como Microempresa - ME e a Empresa de Pequeno Porte — EPP não poderão se beneficiar do regime de tributação do Simples Nacional - Anexo IV e



deverão apresentar na Proposta de Preço e Planilha de composição de custos — ANEXO V do edital, a tributação segundo a legislação prevista para os demais contribuintes não optantes pelo Simples Nacional?

ESCLARECEMOS que: Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos artigos 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa – RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratada, não poderá se beneficiar da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação em consequência do que dispõem o arts. 17, inciso XII, 30, inciso II e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

A licitante optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratada, após a assinatura do contrato, no prazo de 90 (noventa) dias, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

Caso a licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, a COCEL efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, em obediência ao princípio da probidade administrativa, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

Deste modo, permanece inalterada a data de abertura, estabelecida para o **25 de maio de 2020, às 9:00 horas**, em função de que não houve alteração de objeto e de valores, que comprometa a formulação da proposta comercial.

Sendo o que se apresenta para o momento, manifesto protestos de consideração e apreço.

Campo Largo, 18 de maio de 2020.

ANA LAURA LAGNER
Agente de Licitação